



## **Conjuntura de Reconhecimento, Acesso e Oportunidades para Mulheres da Região do Sertão Central do Ceará**

*Reconnaissance, Access and Opportunities for Women in the Region of the Sertão Central of Ceará*

BARROSO, Mayara Mader Alcântara<sup>1</sup>; ARAUJO, Joelma da Silva<sup>2</sup>; MOREIRA, Sarah Luiza de Souza<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Universidad de Salamanca/USAL, mayaramader@usal.es; <sup>2</sup> Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz-Ce, joelmaaraujoagronoma@gmail.com; <sup>3</sup> Universidade de Brasília/UnB, sarahluiza1982@gmail.com.

### **Eixo Temático: Mulheres, feminismos e agroecologia**

**Resumo:** A partir de estudos analíticos para implantação de projetos da ONG Esplar, técnicas de campo perceberam a situação de vulnerabilidade em que se encontravam as mulheres da região do Sertão Central do Ceará. Foi decidido sistematizar suas principais necessidades a fim de encontrar meios de minimizar a reprodução dos fatores causais. Quase 46% da população dessa região vive em pobreza ou extrema pobreza, situação climática historicamente limitante, espaços de comercialização restritos e precários, fortalecidos pela cultura patriarcal, características que afetam principalmente mulheres e crianças. Podemos concluir que os problemas a serem enfrentados estão divididos em três dimensões: desigualdade na divisão sexual do trabalho; pobreza e a extrema pobreza; dificuldade de acesso às políticas públicas específicas para as mulheres. Podendo mitigar essa situação a elaboração e execução de política públicas que englobem toda a cadeia de produção, autogestão e comercialização para mulheres.

**Palavras-Chave:** Semiárido; Empoderamento; Campesinas; Violência de Gênero; Feminismo.

**Keywords:** Semi-arid; Empowerment; Farmers; Gender Violence; Feminism.

### **Contexto**

Segundo as diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas - ODM (2007), sem progressos no sentido da igualdade de gênero, sem o empoderamento das mulheres, nenhum desses objetivos será alcançado. O que esse trabalho pretende especificamente é dar luz à dificuldades objetivas das mulheres de seis dos doze municípios que compõe o Território do Sertão Central: Choró, Ibareta, Mombaça, Quixadá, Quixeramobim e Senador Pompeu<sup>1</sup>, na obtenção de produção economicamente viável e comercializável, bem como ao acesso a crédito e espaços dignos de comercialização.

Ao preparar estudos de análise de situação para possível alocação de projetos de ATER (Assistência técnica Rural) para mulheres em 2014 e para projetos de Instalação e capacitação de casas de sementes comunitárias em 2015, técnicas de campo da ONG Esplar perceberam a fragilidade que se encontrava a conjuntura de

---

<sup>1</sup> Esses municípios abrigam 36 assentamentos de reforma agrária com cerca de 1. 787 famílias, de acordo com o INCRA (2017); 01 comunidade quilombola com cerca de 45 famílias (Quixadá, comunidade: Sítio Veiga), de acordo com a Fundação Cultural Palmares, 2019.



reconhecimento, acesso e oportunidades para mulheres das regiões analisadas. Assim, esse trabalho nasceu da preocupação com a situação das mulheres agricultoras do semiárido cearense do Território do Sertão Central, com atenção especialmente voltada para as questões de acesso a assistência técnica produtiva sustentável e espaços de valorização e comercialização dos seus produtos.

## **Descrição da Experiência**

Nos últimos anos a maior parte do semiárido brasileiro enfrentou seis anos consecutivos de seca, até 2018, colocando o inverno razoável de 2019 numa situação de insuficiência na recuperação dos reservatórios de maior porte. Segundo a Funceme (2019), o estado do Ceará só está com 18,4% da capacidade de seus reservatórios com água, estando a maioria localizados na região mais litorânea. Esse estado de secas prolongadas está somado a processos de degradação da terra, falta de políticas públicas de mitigação efetiva, escassos espaços de comercialização e a dominação, por uma cultura recorrentemente patriarcal que avigora processos de vulnerabilidade populacional, onde as principais afetadas são mulheres e crianças.

De acordo com o censo 2010 do IBGE, 50% da população desses municípios está localizada na zona rural, as mulheres correspondem a 50% da população; representando 48% da população na zona rural.

De acordo com o portal ODM (2016), os municípios em foco apresentam IDH médio de 0,611; Índice de GINI média de 0,550, além trabalhando com os dados do censo demográfico 2010 do IBGE, podemos observar a situação da pobreza e da extrema pobreza desses municípios. Em média 27,67% da população vive na extrema pobreza, 18,23% em situação de pobreza e os 20% mais pobres da população se apropriam de apenas 2,13% da renda produzida nos municípios. Segundo o IBGE, 2017, a situação de pobreza do Brasil tem cor, gênero e chefia a família, pois 64,4% das mulheres pretas ou pardas, sem cônjuge e com filhos até 14 anos estão vivendo com renda abaixo da linha de pobreza.

No território estudado existe outro agravante que é a migração de mulheres de espaços rurais para as cidades (núcleos dos municípios), reproduzindo e agravando a perda de referenciais identitárias, e acentuando as precárias condições em que vivem as mulheres não só no campo, mas também nas cidades. Insuflando os centros urbanos de uma população mais pobre, sem oportunidade e com pouco senso de identidade e pertencimento, podendo agravar as situações de violência urbana.

Outro ponto de vulnerabilidade é a questão da violência de gênero eminente. Segundo o Panorama de Violência Contra as Mulheres no Brasil de 2016, apesar de o estado Ceará ser o terceiro mais violento do Nordeste, funcionam apenas 32 Unidades Especializadas de Atendimento (UEA), ou seja, 0,70 unidades para cada 100 mil mulheres, o que é quase 70% inferior à média nacional. Podemos dizer que



a precariedade dos aparelhos públicos de defesa, proteção e assistência dos municípios estudados segue a tendência estadual, já que mesmo a violência contra a mulher sendo uma questão relevante dentro do território, existe apenas uma Secretaria e Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres e um Centro de Referência e Apoio à Mulher em Quixadá, com ação circunscrita aos limites do município, impedida de atender aos casos de outros municípios da região. Desses municípios apenas Pedra Branca, Quixadá e Quixeramobim possuem Conselhos de Defesa de Direitos das Mulheres.

A questão climática e ambiental no território também é preocupante já que o estudo se deu em uma região historicamente castigada por grandes estiagens e que está sendo mais gravemente afetada pela influência das mudanças climáticas globais. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (2011), enquanto a temperatura no Planeta vem aquecendo na ordem de 0,25°C a cada 10 anos, em algumas regiões do nordeste brasileiro verifica-se um aumento 4 vezes esse valor. Os desdobramentos destes fenômenos intensificam os processos de pobreza e a fome na região, onde as principais afetadas são as mulheres.

A comercialização dos produtos agrícolas da região ocorre principalmente através de feiras populares. O Território conta com pelo menos três locais estruturados para a realização de feiras autorizadas em Mombaça, Quixeramobim e Senador Pompeu. Essa comercialização ocorre também em galpões que se encontram com estruturas precárias e insuficientes para o atendimento de toda a demanda.

Além das atividades agrícolas, existem outras possibilidades econômicas para as mulheres, atividades rurais não agrícolas, tais como o artesanato. Essas atividades não são reconhecidas como importantes para o desenvolvimento social e econômico local por parte do poder público, refletindo-se no esvaziamento de políticas públicas específicas para este fim. Aquilo que conseguem auferir a título de renda não é reconhecido como componente importante para a renda familiar, embora muitas vezes seja bem mais rentável do que as atividades realizadas pelos companheiros.

As mulheres desses municípios configuram-se com dificuldades de se organizar em grupo, pois possuem pouco tempo disponível para a participação política nos espaços comunitários e municipais, por realizarem todo o trabalho reprodutivo além do trabalho produtivo, ambos sem reconhecimento. Mesmo quando participam, o poder oculto do homem “responsável” sempre está presente, mesmo que a situação envolva apenas questões pertinentes a elas. Têm limitada oportunidade de gestão da produção, pois culturalmente, associam esse tipo de ação como “coisa de homem”, baixo acesso às infraestruturas produtivas e dificuldades de acesso ao crédito, inclusive aos programas específicos para mulheres, dificuldade de acesso à terra e à água, mesmo com a existência da garantia constitucional da titularidade da terra.

Tendo como focus o fortalecimento da produção agroecológica das mulheres num contexto com tantas adversidades, mas obviamente com todas as suas



potencialidades, fundamentada nos processos organizativos endógenos das mulheres, essa análise identifica problemas que conduzem à perspectiva do feminismo e da agroecologia como estratégia e tática adequadas à superação do quadro atual de debilidades estruturais.

Com o intuito de não mais reproduzir estigmas da divisão sexual do trabalho socialmente legitimada e suprimir o círculo vicioso de intensificação da situação de pobreza e pobreza extrema, agravada pelo precário acesso à políticas públicas específicas, é necessário inserir as mulheres no movimento de comércio justo, para sua emancipação sem contraposição às características principais da produção feminina que geralmente segue os preceitos agroecológicos, sendo social e ecologicamente viável.

## **Resultados**

Podemos dividir os problemas a serem enfrentados em três grandes dimensões complementares e articuladas entre si: desigualdade na divisão sexual do trabalho; pobreza e a extrema pobreza; dificuldade de acesso às políticas públicas específicas para as mulheres.

O presente trabalho conclui que é de primordial importância a implantação de projetos direcionados para mulheres do semiárido, que promulguem o empoderamento e a melhoria de vida dessas mulheres e em consequência de toda a comunidade em que estão inseridas. Com vistas ao enfrentamento destes problemas, é importante apostar na possibilidade real do fortalecimento da auto-organização produtiva das mulheres com autonomia, autodeterminação e autogestão, tendo em vista sua contribuição para o desenvolvimento popular sustentável, segundo a perspectiva agroecológica, desde que se tenha um processo continuado de reflexão e ação sobre as relações desiguais de gênero.

Em diálogo direto com o 5º objetivo de desenvolvimento sustentável da ONU – “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” – se conclui que há necessidade extrema de implantação de projetos de que vão além da assistência técnica de produção, mas que possam chegar ao âmbito de organização e comercialização, que incentive o desenvolvimento de habilidades para a identificação e enfrentamento das formas de discriminação e violência contra todas as mulheres nas esferas privada e pública; com sensibilização quanto ao reconhecimento e valorização do trabalho doméstico não-remunerado exercido pelas mulheres; e estimule à participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança nos processos de tomada de decisão na vida política, econômica e pública; com uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres; e o engajamento na luta pela adoção e fortalecimento de políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em todos os níveis.



## Referências bibliográficas

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária: Relatório Assentamentos Geral Superintendência Regional Ceará - SR 02, 2017. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> Acessado em: 06 mai 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. CENSO DEMOGRÁFICO (2010). **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010.pdf)>. Acesso em: 15 dez 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2017). **Pobreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas em 2017**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>> Acesso em: 06 maio 2019.

FUNCEME - FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS (2019). Disponível em: [http://www.funceme.br/produtos/script/acudes\\_e\\_rios/Boletim\\_diario\\_nivel\\_acudes/](http://www.funceme.br/produtos/script/acudes_e_rios/Boletim_diario_nivel_acudes/). Acesso em: 14 abril 2019.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (2019). **Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs)** - Fundação Cultural Palmares. Brasília – DF.

OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA (2016). **Panorama da Violência Contra as Mulheres no Brasil: Indicadores Nacionais e Estaduais**. N. 1 (2016). Brasília: Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR.pdf>>. Acesso em: 06 mai 2019.

em: <http://www.ambiente.com.br/artigos/saude.html>. Acesso em: 1 mai. 2016.